



CTA - Confederação Das Associações  
Económicas De Moçambique

---

DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHR  
*ENG<sup>o</sup> AGOSTINHO ZACARIAS VUMA,*  
PRESIDENTE DA CTA

---

**XVI CONFERÊNCIA ANUAL DO SECTOR PRIVADO**

***Melhorando o Ambiente de Negócios para Acelerar a  
Recuperação Económica: Agronegócio como Factor Acelerador***

---

**Maputo, 14 de Março de 2019**

**Sua Excelência Engenheiro**

**FILIPE JACINTO NYUSI,**

**Presidente da República,**

**Minhas Senhoras e meus**

**Senhores,**

A nossa Confederação está de luto. Entristece-nos a ausência nesta XVI CASP dos Exmos senhores Rogério Manuel, antigo

Presidente da CTA, o Fazal Lacá e Samuel Chissico, membros fundadores da CTA, falecidos recentemente.

Paz às suas almas!

Estamos hoje no segundo dia dos trabalhos da XVI CASP, que decorre sob o lema: **Melhorando o**

# **Ambiente de Negócios para Acelerar a Recuperação Econômica: Agronegócio como Factor Acelerador.**

Estão neste evento Membros e Quadros do Governo a vários níveis e representantes de empresas nacionais e estrangeiras, órgãos sociais da CTA, representantes dos Conselhos

Empresariais Provinciais,  
Federações e Camaras de  
Comercio, representantes de  
instituições financeiras  
internacionais, parceiros de  
cooperação, instituições  
multilaterais e académicos,  
diversos convidados, perfazendo  
1770 participantes, movidos pelo  
espírito comum de debater a  
economia de Moçambique.

**Minhas Senhoras e meus  
Senhores,**

Uma respeitosa saudação a Sua  
Excelência **FILIPE JACINTO  
NYUSI**, o nosso Chefe de Estado,  
cuja presença e liderança desta  
CASP inspira e galvaniza-nos na

advocacia pela melhoria do ambiente de negócios.

É fruto do vosso cometimento e engajamento, Senhor Presidente, que vemos hoje revogada a medida sobre a proibição da importação de veículos automóveis com volante à esquerda para fins comerciais, matéria que há seis anos

preocupava a CTA e perigava a competitividade dos nossos operadores de transporte internacional, uma vez que não tinham como renovar a sua frota.

É, também, justo referirmo-nos à recente aprovação pelo Governo da proposta de lei sobre perdão de multas e demais acréscimos de impostos acumulados, medida



que vem aliviar a situação financeira das empresas, já de si deficitária.

Saudamos, igualmente, o vosso compromisso em pagar até Dezembro de 2018, 17% do valor das facturas atrasadas resultantes de fornecimentos de bens e serviços ao Estado de um total

estimado em 29,7 mil milhões de Meticais.

Temos nestes exemplos, Senhor Presidente da República, motivos de sobra para saudar esta liderança à causa da melhoria do ambiente de negócios em Moçambique.

É nesta convicção que aguardamos com ansiedade a reposição do incentivo do IRPC em 10% na agricultura, reforma que iria condizer com o princípio constitucional da agricultura como base de desenvolvimento.

**# Sobre a Conjuntura  
Macroeconómica**

Registamos um notável processo de retoma e estabilidade económica vivenciado em 2018 que abre um novo horizonte para o empresariado, assente nos últimos desenvolvimentos no País face a:

(i) matérias de governação, transparência e responsabilização;

- (ii) subida de Moçambique no ranking do *doing business*;
- (iii) avaliação do País como um dos top 5 potenciais destinos de investimentos em África;
- (iv) tendência de melhoria da notação de Moçambique pelas agências internacionais de *rating*; e
- (v) passos dados rumo às decisões finais de investimento

para exploração do gás natural liquefeito em Palma, previstas para este ano, com um investimento total combinado, na exploração *Onshore* e nas infra-estruturas para o *Downstream*, de cerca de 70 mil milhões de dólares norte americanos.

Estes desenvolvimentos enchem-nos de esperança para um processo de recuperação económica mais vigoroso e efectivo.

E isto, minhas senhoras e meus senhores, o pagamento de apenas 17% das facturas referentes à prestação de serviços e fornecimento de bens ao Estado,

apesar de ser bom, ainda não é suficiente.

Senhor Presidente, preocupa-nos que estando no terceiro mês deste exercício económico ainda não haja liquidez, num ano atípico em que temos consciência que a gestão administrativa nacional poderá durar uns sete meses apenas, passando as atenções



todas a ser direccionadas para o ciclo eleitoral que se avizinha.

Isto levanta no seio do empresariado uma incerteza não, apenas, relativa à conclusão dos pagamentos devidos pelo Estado, mas sobretudo sobre a injeção de liquidez adicional para incentivar a demanda de criar novas oportunidades de negócios.

As empresas, Excelência, não podem continuar a viver o sufoco de dívidas não pagas, sob pena de avolumar-se a lista de falências num momento em que, incompreensivelmente, a Lei de Insolvência, aprovada há mais de três anos, ainda não está sendo implementada por falta da respectiva regulamentação.

A ausência da implementação deste dispositivo legal não confere maior segurança aos bancos em caso de decretação de falência das empresas.

Senhor Presidente da República, aprovar as reformas, de per si, não constitui o fim último. Neste contexto, por exemplo, é urgente

regulamentar a Lei de Insolvência para melhor assegurar a sua implementação. Por outras palavras, queremos, sim, a aprovação das reformas. Porém, mais ainda, queremos vê-las implementadas, pois somente desta forma poderemos contribuir para a melhoria do ambiente de negócios e por conseguinte para a

subida no ranking do Doing Business.

## **# Sobre o Diálogo Público-Privado**

Antes desta CASP, realizamos dois Conselhos de Monitoria do Ambiente de Negócios, uma plataforma de diálogo dirigida por Sua Excelência o Primeiro-

Ministro, onde passámos em revista os desenvolvimentos a nível do Diálogo Público-Privado e no âmbito das reformas acordadas nas matrizes aprovadas na XV CASP.

Das reflexões havidas, constatamos que, com a implementação do actual modelo de Diálogo Público-Privado,

registamos avanços significativos em termos de tempo de resposta às inquietações do Sector Privado e incremento da realização dos pontos das Matrizes de Prioridades de Reformas de cerca de 14% em 2014 para uma média de 83% entre 2015-2017.

No entanto, em 2018 sentimos que houve um revés neste cenário favorável de implementação das reformas inscritas na Matriz Central de Prioridades de Reformas, uma vez que dos 11 pontos que foram estabelecidos, nenhum foi concluído.



Obviamente para que  
continuemos a atrair  
investimentos e tornar esta pérola  
do índico, um destino preferencial  
dos investidores, temos que  
continuar e acelerar o nosso  
processo de reformas, num  
quadro de verdadeiro realismo  
daquilo que, de facto, podemos  
fazer, podemos concretizar.

Aqui, Senhor Presidente da República, temos a dizer que:

- Vamos fazer apenas duas, e fazer duas pode ser pouco, mas aumenta a nossa credibilidade;
- Vamos fazer 10 e não fazer nada, é ambicioso, mas não ajuda a que depositem confiança em nós!

Com isto queremos dizer, Senhor Presidente, que temos que ser realísticos!

E aqui o cerne da questão está no engajamento dos diversos actores no processo de reformas.

Definitivamente, o Ministério da Indústria e Comércio, na sua qualidade de coordenador das reformas e no âmbito do

desenvolvimento do Diálogo Público-Privado, não pode e nem deve ser o único responsável pelas reformas. Precisamos do empenho de todos os actores económicos nesta frente de reformas. E estes Somos todos nós, Sector Privado, Governo, PSWG, etc!

Por isso, Excelência, nesta proposta de matriz de prioridades de reformas, temos em vista, também estes aspectos!

Igualmente, constatamos do lado do investidor estrangeiro, com quem procuramos parcerias diversas, que é crítico que Moçambique continue os seus

esforços para identificar e abordar as barreiras ao clima de negócios.

Muitos destes desafios, como o acesso à terra para investimentos, os procedimentos alfandegários no comércio internacional, os custos de transporte, a protecção dos direitos de propriedade intelectual, e o acesso à energia e

sua rentabilidade, têm sido objecto de questionamentos.

Devemos frisar que os recentes aumentos do custo de energia em mais de 300%, nos últimos três anos, sem pré-aviso, só vêm prejudicar os progressos alcançados. Comunicação vale ouro em negócios!

## # Sobre a agricultura,

Reflectimos, também, sobre o ambiente de negócios específico na área da agricultura, como uma prioridade nacional, inspirados na necessidade de ver implementados um quadro de incentivos e tratamento preferencial de longo prazo para



este sector nevrálgico, a exemplo de muitos países que hoje são os maiores exportadores de alimentos para Moçambique.

Assim, na agricultura, entre outros temas, e como já nos referimos, uma das prioridades é a reposição do incentivo que consistia no IRPC reduzido a 10%,

procurando tornar o sector mais atractivo para o investimento.

É por isso que priorizamos a apresentação e discussão de projectos sobre a agricultura e o agronegócio na CASP Investment Summit ontem realizada. Fizemo-lo não apenas como um imperativo constitucional que coloca a agricultura como base do

desenvolvimento mas, sobretudo, por reconhecermos o potencial existente nas nossas pequenas e médias empresas que deve ser espevitado com os necessários investimentos.

**Senhor Presidente da República,  
Excelências,**

Sobre o acesso à electricidade, apesar de reconhecermos as melhorias registadas, facto comprovado pela ascensão deste indicador no *Doing Business* 2019, da posição 150 para 100, persiste o desafio do custo e fiabilidade da energia.

Não é compreensível que Moçambique, na sua qualidade de um dos maiores produtores de energia hídrica, com a abundância de recursos derivados da sua localização à jusante de cerca de nove rios da Região Austral de África, tenha o custo de electricidade entre 40 e 60% mais caro que o praticado nas regiões industriais da África do Sul.

Atinente à fiabilidade no fornecimento da energia, as oscilações frequentes da corrente têm-se traduzido em custos avultados para os operadores, estimados no mínimo em 5 dias de produção que se perdem.

Igualmente, os operadores são obrigados a investir na aquisição

de equipamentos de *back up*, cujos recursos podiam ser direccionados a reinvestimentos mais estratégicos das unidades de produção.

A conjugação destes elementos tem contribuído negativamente para a competitividade da

indústria nacional, num mundo cada vez mais competitivo.

Sobre esta matéria, temos advogado pela necessidade do estabelecimento de uma tarifa especial para a agro-indústria.



É nossa esperança que a revisão Lei de Electricidade irá acompanhar a actual dinâmica do sector energético, caracterizada por uma evolução tecnológica e financeira, com uma crescente apetência ao aproveitamento de fontes de energia alternativas, e trazer um ambiente de negócios competitivo que facilita o investimento.

Ansiamos, também, que venha resultar na redução de custos para os operadores e consequentemente para os consumidores garantindo assim a eficiência e sustentabilidade das actividades de fornecimento de energia eléctrica.

**Senhor Presidente da República,**

O ano 2019 tem-se revelado promissor face aos últimos desenvolvimentos que apontam para uma nova fase de desenvolvimento dos projectos de *petróleo e gás*.

É nossa preocupação que o País no geral e o empresariado nacional capitalizem na sua plenitude as oportunidades que a indústria do *petróleo e gás* oferece.

Neste sentido, não se pode entender que a decisão final sobre os investimentos na área 1 e 2 da Bacia do Rovuma venha acontecer antes da aprovação da Lei de Conteúdo Nacional, instrumento

fundamental para garantir a ligação efectiva da indústria de petróleo e gás com o resto da economia através da integração das micro, PMEs nas actividades de exploração desses recursos, a montante e a jusante.

Excelência, a não aprovação da Lei do Conteúdo Local antes da

decisão final dos investimentos Area 1 e Area 2, a nosso ver, mina a visão que nos transmitiu com a realização do Seminário sobre Oportunidades Locais em Pemba, a 10 de Agosto de 2018, o qual procurava alimentar o empresariado nacional das necessárias ferramentas para a sua participação nos desafios da indústria do petróleo e gás.

A nossa visão sobre a Lei de Conteúdo Local, Excelência, é a de um instrumento que promova o investimento externo à mesma medida que vai incentivando o desenvolvimento do empresariado nacional através da sua participação activa na partilha dos benefícios resultantes da exploração da riqueza nacional.

**Excelência,**

A nível de maior inclusão na exploração de recursos naturais, apresentamos uma plataforma para quem procura e de quem oferece, numa relação directa de um para um. Esta Plataforma chama-se Business Link, sobre o lema “Ligar e Desenvolver, quem



vende e quem procura”. Neste programa inclui-se o investimento privado na capacitação e desenvolvimento das PMEs locais.

**Excelências,**

Relativamente à multiplicidade de inspecções e fiscalizações, não se

pode perceber que um inspector público actue simplesmente como um polícia à caça de problemas nas empresas.

Queremos ver inspecções educativas, coordenadas entre os diversos sectores, das quais resulte uma relação coerente entre este serviço inspectivo e o Diálogo Público-Privado.

Estamos cientes de uma certa cultura de fuga ao fisco por parte de alguns agentes económicos, e nós condenamos veementemente esta atitude. Não estamos, pois, contra as inspecções, e acreditamos que estas podem ser eficazes para desencorajar esta cultura, desde que feitas com

previsibilidade, com  
procedimentos claros e a  
mudança da sua natureza  
punitiva para educativa.

**Senhor Presidente da República,  
Excelência,**

Permita-me agora falar da nossa contribuição como sector privado para o País que queremos.

Como sector privado, chamamos para nós a responsabilidade de contribuir com acções concretas na aceleração e transformação da economia. Nesse sentido, e com o Banco Africano de Desenvolvimento, criamos uma

plataforma de promoção de investimentos, a CASP – *Investment Summit*, um espaço conjunto de grandes instituições financeiras de desenvolvimento, financiadores e tomadores de projectos e outros investidores interessados em acelerar o crescimento de Moçambique.

É neste contexto que, no dia de ontem, no âmbito desta *CASP Investment Summit*, foi apresentado o pacote de financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento para países africanos falantes de língua portuguesa, o COMPACTO LUSÓFONO.

Ainda na CASP – *Investment Summit*, foram apresentados um total de 25 projectos estimados em 850 milhões de dólares norte americanos, maioritariamente na agro-indústria, incluindo projectos de energia, educação e logística.

Nestas sessões, dos 25 projectos avaliados em 850 milhões de



dólares americanos, foram apresentados 17 projectos a TDB, Lelapa Fund, SOFID e CDC Investment, nas áreas de agronegócio, agricultura, infraestruturas, serviços e comércio.

Os investidores mostraram disponibilidade para financiar o projecto de edificação de um

campus universitário, 2 projectos de sistema de irrigação, produção e processamento de arroz no Vale do Zambeze, envolvendo mais de 550 pequenos agricultores dos quais 60% são mulheres, parque de logística no corredor da Beira para servir o *hinterland*, certificação e qualidade de energia. De referir que outros

projectos irão merecer posterior  
análise dos investidores.

**Senhor Presidente da República,**

Termino aqui com a apresentação  
da mensagem da CTA para esta  
sessão da XVI CASP.

Com a Vossa permissão, porém, passarei agora ao momento mais alto da nossa Décima Sexta Conferencia durante estes dois dias.

O Premio Formiga é concebido para distinguir personalidades e/ou individualidades que ao longo dos tempos, deram um grande contributo para a melhoria do

ambiente de negócios em Moçambique e, conseqüentemente, para a subida nos *rankings* internacionais registada em 2018.

Na presente edição da XVI CASP, o Conselho Directivo da CTA deliberou atribuir este prémio a uma personalidade ímpar de quem se reconhece o papel impulsionador do Diálogo Público-Privado e na promoção de reformas que têm

melhorado o ambiente de negócios e atraído mais investimentos para o país.

Queremos premiar o cometimento demonstrado por esta tão distinta personalidade, desde a introdução do novo modelo de Diálogo Público-Privado, no qual o Primeiro-Ministro passou a liderar o processo, com a coordenação técnica do Ministério da Indústria e Comércio,

tem sido crucial para os passos significativos que o País tem dado no desenvolvimento do nosso sector empresarial e na abertura do país para novos investimentos.

Esta personalidade, minhas senhoras e meus senhores, é o Engenheiro **FILIPE JACINTO NYUSI**, Presidente da República de Moçambique, a quem o nosso

Conselho Directivo deliberou distinguir o seu ímpar cometimento na causa da melhoria do ambiente de negócios em Moçambique.

**Senhor Presidente da República,**

Enche-nos de orgulho testemunhar que este novo modelo de diálogo público-privado introduzido por Vossa Excelência tornou-se numa referência internacional, servindo de



inspiração mesmo para países  
melhor cotados no ranking  
internacional.

É neste contexto que assistimos à  
actual tendência da melhoria da  
classificação de Moçambique nos  
*rankings* internacionais, como foi  
dito acima.

Mais ainda, e acima de tudo,  
enaltecemos o Vosso intensivo

engajamento no processo, chamando para Vossa Excelência a liderança das reformas e unificando as diversas plataformas de diálogo com o Governo, para acelerar as reformas e, por conseguinte, lograr impactos mais rápidos no ambiente de negócios.

Em nome do Conselho Directivo da CTA, dos Órgãos Sociais e de todos

associados, e no meu nome pessoal, convido, pois, Vossa Excelência, Senhor Presidente da República de Moçambique, a receber o *Prémio Formiga Edição 2019*, manifestando a gratidão da classe empresarial moçambicana pelo acarinhamento que tem dado ao Diálogo Público-Privado.

**Senhor Presidente!**

Para terminar, uma particular palavra de gratidão a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República e o seu Governo, por esta abertura e cometimento que nos torna livres de apontarmos sem receios os erros de ontem e os caminhos de hoje e do futuro, para a realização deste desiderato comum entre o Governo e o sector privado, de trabalharmos em prol

de uma contínua melhoria do ambiente de negócios e consolidar o País como um verdadeiro paraíso para investimentos.

Bem-haja, Excelência! Bem-haja a CTA! Bem-haja o *Private Sector Working Group* e todos que tomaram do seu precioso tempo

para marcarem presença nesta  
Conferência.

*Pela Melhoria do Ambiente de  
Negócios!*